



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcântara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PERÍODO 2004-2009

Cláudia Regina Pacheco Portes¹

RESUMO

Este artigo compõe parte de uma dissertação de Mestrado defendida em abril de 2012 onde foram investigados os cursos técnicos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio Estadual São Mateus e sua contribuição para o desenvolvimento local no período entre 2004-2009. Assim, investigar como vinha ocorrendo os resultados, a partir da importância dos cursos técnicos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio Estadual São Mateus para o desenvolvimento local de São Mateus do Sul, no período de 2004-2009, constituiu o problema deste estudo. Foram analisados os principais documentos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e do Colégio Estadual São Mateus que nortearam os cursos técnicos profissionalizantes e aplicado questionário para o responsável pelo Núcleo Regional de Educação, direção, coordenadores, professores, egressos e pais do Colégio Estadual São Mateus e entrevista com empresários ligados à Superintendência da Industrialização do Xisto (SIX) - Petrobras, constatando-se na análise dos resultados dos dados, a partir da análise de conteúdo de Bardin *in* Triviños, que os referidos cursos, além de gerar emprego, renda, contribuem com o desenvolvimento do município e enquanto políticas públicas devem estar na pauta de prioridades da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 tornou-se ímpar no tocante às mudanças ocorridas no mundo do trabalho; a globalização econômica e a reestruturação dos sistemas produtivos globais passaram a exigir maior qualificação profissional, qualidade e competitividade. O governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, gestão 2003/2006/2010, ao assumir o governo definiu retomar a Educação Profissional na Rede Pública de Ensino, implicando assim, na revogação do modelo que estava implantado na Rede, orientado pelo Decreto nº2. 208/97, que reduziu a oferta desta modalidade de ensino nos Colégios do Paraná, assim como sua total desvinculação do ensino médio. De

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado – UnC. Email: claudiapportes2008@hotmail.com.



acordo com o entendimento de que a LDB nº 9.394/1996 não proibia a integração, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED) tomou a decisão de integrar num mesmo currículo a formação geral e específica, mas não com a proposta de sua universalização para todo o ensino médio da rede pública estadual. Como solução para este problema foi sancionado o Decreto Federal nº 5.154/2004, o qual concorreu para respaldar a decisão já tomada pelo governo do Paraná. Assim, com os objetivos da educação profissional ampliados, surgiram novos cenários e redemocratização de oportunidades para a qualificação dos alunos do ensino médio e egressos. Percebeu-se, portanto, que as políticas públicas atingem a realidade escolar e a sociedade, principalmente nas relações entre educação e trabalho; as mudanças interferem na formação dos alunos e, os elementos socioeconômicos, culturais e tecnológicos, contribuem diretamente na elaboração dos currículos desenvolvidos. Promovem-se, assim, transformações na realidade e incentivos ao desenvolvimento da região.

Neste sentido, compreendendo que as mudanças econômicas e estruturais globais impactam localmente a educação e a vida social, o presente artigo apresenta parte de uma investigação originada de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade do Contestado (UnC) a respeito das mudanças sociais e desenvolvimento econômico local empreendidos na cidade de São Mateus do Sul, estado do Paraná, a partir das políticas públicas educacionais implementadas pelo governo federal através da implantação de cursos técnicos profissionalizantes na rede pública estadual particularmente no Colégio Estadual São Mateus, que constituía o problema investigado e seu objetivo geral, e como estes serviram de ferramentas para a compreensão das demandas educacionais pelo governo local e na elaboração de novas e atualizadas formas de governança representativa com vistas ao acompanhamento das transformações globais e metropolitanas locais.

Partindo-se dessa temática, foram elencados como objetivos específicos, comparar a estrutura curricular dos cursos técnicos profissionalizantes com as políticas públicas implantadas nos estabelecimentos de ensino de São Mateus do Sul com as exigências do mercado de trabalho. Visando também identificar as políticas públicas de educação profissional no Brasil, buscou-se estudar os resultados da execução dos cursos técnicos profissionalizantes do Colégio Estadual São Mateus, no período de 2004-2009 e sua influência na empregabilidade e renda de seus egressos, além de analisar se os cursos técnicos profissionalizantes oportunizaram formação complementar para os alunos egressos para que os mesmos pudessem continuar seus estudos, ingressando na Universidade e buscando subsídios necessários para contribuir com o desenvolvimento



do município. E, nesse sentido como estratégia, ressalta-se ainda a possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos para atuar como profissional empreendedor com iniciativas inovadoras que venham responder às demandas locais.

Diante do exposto, justifica-se o presente artigo, visto que a globalização da economia e a reestruturação produtiva determinam mudanças no processo produtivo com a incorporação da ciência, da tecnologia, estimulando a competitividade e exigindo melhor qualificação profissional como requisito para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, o presente estudo pode fornecer subsídios para intervenção na realidade local, bem como disseminador de desenvolvimento local, oportunizando o conhecimento das condições do funcionamento dos cursos técnicos profissionalizantes, além de verificar se os mesmos respondiam às demandas da região e às expectativas dos alunos. Considera-se também que pode elucidar quais as perspectivas de formação na área e ainda pela inexistência e incipiência de estudos sobre a temática, o aprofundamento teórico da pesquisadora no objeto de pesquisa, bem como abrir discussões para futuras dissertações.

O desenvolvimento da pesquisa efetuou-se a partir de estudos bibliográficos, ressaltando as teorias e as vertentes históricas contemporâneas relativas à educação profissional, a comparação e análise da estrutura curricular dos cursos técnicos profissionalizantes, no tocante às grades curriculares dos referidos cursos, do projeto político pedagógico do Colégio Estadual São Mateus no período de 2004-2009, além de conhecer os resultados da execução dos citados cursos e como têm interferido na empregabilidade e renda de seus egressos. Igualmente, buscou-se verificar se os mesmos oportunizam qualificação profissional para os alunos, no sentido de promover o desenvolvimento local municipal.

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos, os quais compreendiam questionários e entrevista; questionários com questões abertas e fechadas para obtenção de informações de ordem elementar, direcionados ao responsável pelo Núcleo Regional de Educação de União da Vitória (NRE), à direção, coordenadores, professores, pais e egressos dos cursos técnicos profissionalizantes. Entrevista semiestruturadas individual e observação livre com quatro empresários vinculados à empresa Petrobras, em São Mateus do Sul, no Estado do Paraná. Para este procedimento, os dados foram processados por meio do método de Análise de Conteúdo, Bardin *in* Triviños (1987, p. 161), observando-se a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial.

Foram considerados no contexto em que se encontra inserido o objeto de investigação e análise, nos moldes do método salientado, segundo Bardin (1977), o qual



permitiu explicar a importância de cursos técnicos profissionalizantes para o desenvolvimento local de São Mateus do Sul. Nesta perspectiva, este estudo trata além da parte introdutória de mais três aspectos.

BREVE HISTÓRICO DE SÃO MATEUS DO SUL

A cidade de São Mateus do Sul está localizada ao sudeste do estado do Paraná, em uma região de terras férteis, lavouras, pastagens, cultivo de erva-mate e amplo potencial de desenvolvimento. Sua história está ligada ao comércio extrativista e remonta os séculos XVI a XVIII.

A construção da Estrada da Graciosa no século XIX, e o advento dos carroções introduzidos por imigrantes europeus, favoreceram o comércio; os engenhos a vapor passavam a substituir engenhos hidráulicos. Nesse período a navegação do Rio Iguaçu tinha sua fonte principal de renda no transporte da erva-mate.

Em 1885 chegavam ao local onde seria criado o núcleo da futura cidade de São Mateus do Sul os alemães que tinham a informação da existência de petróleo. Entre eles estava Rudolpho Wolff e Gustavo Frederico Thenius. De suas explorações ocorreu a descoberta da formação Irati – ampla reserva natural de xisto sob a qual a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) instalou posteriormente um dos maiores complexos de exploração de xisto da América Latina. .

A hegemonia da erva-mate paranaense entrou em declínio especialmente de 1913 a 1930, quando a Argentina passou a cultivar a *Ilex*. A emancipação política do município ocorreu em 21 de setembro de 1908.

Desde então São Mateus do Sul vem assumindo perfil de metrópole regional; a mentalidade provinciana que tem seus aspectos positivos demonstra a necessidade de ser reciclada por uma visão cada vez mais equitativa e democraticamente participativa.

Além da agricultura familiar, o segundo foco de desenvolvimento local concentra-se no Pólo Industrial-Tecnológico do Xisto. O pólo, constituído pela Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), Agroxisto Empresa de Fertilizantes, Incepa, Incubadora Tecnológica e diversas indústrias de menor porte tem absorvido considerável parcela da força de trabalho local e atuado como promotor de postos de trabalho qualificado. As mudanças estruturais dos métodos de produção, fabricação e comercialização dos produtos do pólo, demandam, todavia, constante atualização da força produtiva empregada.

Desta forma, a capacitação técnica-profissional tornou-se, a partir da última década, um importante ponto de atenção tanto pelo setor privado como público, a quem compete em maior grau a qualificação educacional como suprimento destas demandas.



São Mateus do Sul tem assegurado um modelo de democracia participativa desde sua constituição. Paralelo ao perfil democrático nacional, a população local demonstra certo grau de apatia aos direitos e ao diálogo político, não obstante os avanços pós-constituintes. Em parte herança da história política da nação, em parte conseqüências do processo globalizante com sua tendência a manutenção de ideologias de consumo e escassa atenção às questões políticas nacionais.

A governança do município tem sido alternada por agricultores e empresários locais, eleitos democraticamente. Ora, cômicos de suas responsabilidades como representantes eleitos, ora, distantes.

Revisando a história local, percebe-se a grande dívida política e social para com expressiva parcela da população, urbana e rural, descendente dos antigos indígenas - que conseguiu sobreviver frente à massiva ocupação dos territórios do sul, com a imigração européia, a partir do Século XIX, porém, a marginalização dos descendentes dos senhores ancestrais da terra é ainda existente. Em São Mateus do Sul essa realidade é revelada claramente pela situação de moradores da periferia, como a Vila Bom Jesus, o Loteamento Santa Cruz, Raia, Vila Nova, Vila Nepomuceno, entre outras, quase que totalmente carentes de saneamento básico, moradias dignas, emprego e oportunidade de formação profissional.

São desafios que vem sendo, ainda que timidamente, assumidos pelas últimas administrações municipais e contemplados pelas políticas públicas – estaduais e municipais, mas, carecem de avanço. Torna-se interessante observar que, a exemplo de outros núcleos urbanos, o eixo administrativo começa a mudar em função do novo perfil do eleitorado e, com isso, as prioridades, historicamente relegadas, passam a ter importância cada vez maior nestas políticas públicas.

As principais demandas locais concentram-se, portanto, em facilitação ao acesso aos sistemas de saúde pública e manutenção e melhorias no sistema educacional local. A cidade apresentava em 2003, 5 instituições de ensino médio dos quais apenas dois ofertavam cursos técnicos profissionalizantes: Química Industrial e Eletromecânica. A escassa variabilidade concorria para a elevação da competição pelas vagas ao mesmo tempo em que gerava uma saturação de qualificados.

Em 2003, o Ministério da Educação, pela Secretaria de Ensino Médio e Educação Tecnológica (SEMTEC), organizou dois importantes Seminários, entre os quais “Ensino Médio: construção política” que ocorreu em maio de 2003 em Brasília, que teve como, principal foco a discussão do Ensino Médio. O ano de 2003 foi, para a política de ensino médio, um período de construção. Por princípio, a equipe que assumiu a Secretaria de



Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) não iniciou mudanças sem, antes, equacionar a problemática que constitui o ensino médio. Por isso, principiou uma discussão com a sociedade identificando os limites e as possibilidades de ação e, a partir de então, como menciona o MEC/SEMTEC, (2004) desenvolveu uma proposta política consistente com as orientações de governo, respeitando a autonomia dos sistemas de ensino.

Com a revogação do decreto nº 2.208/1997 e a sanção do decreto nº. 5.154/2004 teve retorno a possibilidade da integração da educação profissional ao ensino médio.

Buscou-se então, uma proposta de integração do ensino médio e educação profissional, que tivesse significado e desafio para além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, como compromisso de articulação entre o trabalho como princípio educativo, a ciência e a tecnologia como salienta Ramos (2008). Diante do quadro, o governo Estadual programou novos cursos e os integrou ao ensino médio, em harmonia ao Decreto Federal nº 5.154/ 2004 flexibilizando as ofertas e suprimindo outras demandas locais.

O processo permitiu à governança local obter um canal de diálogo participativo sobre as demandas educacionais locais a partir da população, qualificação profissional e a formulação de políticas públicas municipais para aperfeiçoamento da relação educação-trabalho dentro desta competência.

A materialização destes anseios tornou-se viável a partir do Decreto Federal nº 5.154/2004 que “[...] restabeleceu o poder normativo da LDB 9394/1996, prevendo a possibilidade de forma integrada de oferta de educação profissional do ensino médio”, (BRASIL, 2004), articulando com o sequencial no contexto das nominadas políticas públicas de trabalho, emprego e renda e formação integral dos alunos com vistas ao mercado de trabalho e o desenvolvimento local. Estas questões vêm de encontro às expectativas das empresas que precisam de profissionais qualificados para o seu mercado.

Considerando-se as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva, este universo passou a ser invadido por novos procedimentos e gerenciamento. As palavras de ordem são: qualificação profissional, qualidade e competitividade.

Tendo em vista que as políticas educacionais estão atreladas ao sistema produtivo, onde as desigualdades sociais e econômicas são os reflexos do projeto societário da burguesia brasileira, o governo do Estado do Paraná, no intuito de buscar alternativas que se contraponham a este contexto, por meio da Secretaria de Estado da



Educação (SEED/DEP), Departamento de Educação Profissional, objetivando superar a diminuição da oferta da educação profissional na rede pública, e a total separação do ensino médio de modo a contemplar o trabalho como princípio educativo, passou a implantar cursos técnicos profissionalizantes nas Escolas Estaduais do Estado do Paraná.

Em especial foram implantados nos estabelecimentos de ensino em São Mateus do Sul, na medida em que esse município oferta um parque industrial, com características de incubadora de negócios. Para isto necessita de profissionais com conhecimentos para compreender o sistema produtivo em suas múltiplas formas e interfaces, capaz de entender e operar nesse sistema como sujeito emancipado que, para além da educação profissional, visualize uma escolarização continuada, isto é, formação de sujeitos autônomos e responsáveis ao reconstruir suas condições de sujeitos históricos: o direito de acesso a cultura, ciência e tecnologia, não de forma enciclopedista ou estritamente profissionalizante, mas através do desenvolvimento de capacidades intelectuais e prática dos alunos, na perspectiva da dimensão formativa da práxis humana.

A proposta de política educacional para a educação profissional paranaense apresenta-se como processo de formação humana na perspectiva da integralidade, segundo o seu principal documento intitulado Educação Profissional na Rede Pública Estadual: Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED, 2006).

Com este intuito, a educação profissional sintetiza um processo de humanização e socialização para a participação na vida social e, ao mesmo tempo, de qualificação para o trabalho, mediado pela apropriação e construção de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos.

O trabalho como princípio educativo na sua dimensão histórico-ontológica, configurou-se, sobretudo como um princípio ético-político. O documento Educação Profissional na Rede Pública Estadual: Fundamentos Políticos e Pedagógicos refere-se a "[...] incorporação dos princípios de uma escola unitária e de uma educação politécnica ou tecnológica." (SEED, 2006, p. 45) e neste sentido, refere-se à escola unitária proposta por Gramsci (1995, p. 78), de formação humana tanto para as atividades intelectuais como para as instrumentais sob as bases de uma cultura geral formativa de caráter teórico-prático, visto que deve inserir os jovens na atividade social, com certo grau de maturidade e capacidade, criação intelectual e prática e certa autonomia na orientação e iniciativa.

Nesta situação, a educação profissional deve pautar-se sobre conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao profissional-produtor domínio intelectual do técnico e das formas de organização social, para ser capaz de criar



soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento, visto que o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais exigente e exige constante aperfeiçoamento. Devido a estas demandas, as políticas públicas, a partir da Lei 9394-96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que ofertam cursos profissionalizantes oportunizam aos jovens atualizações tecnológicas, buscando promover o desenvolvimento local e da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, lei que ampliou a oferta dos cursos técnicos profissionalizantes no Brasil pela expansão dos Institutos Federais.

Assim, constituiu-se o problema deste estudo: investigar como vem ocorrendo a contribuição dos cursos técnicos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio Estadual São Mateus no período de 2004-2009 para o desenvolvimento local de São Mateus do Sul?

A proposta de política educacional para a educação profissional paranaense apresenta-se como processo de formação humana na perspectiva da integralidade, segundo o seu principal documento intitulado Educação Profissional na Rede Pública Estadual: Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED, 2006).

Nesta situação, a educação profissional deve pautar-se sobre conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao profissional-produtor domínio intelectual do técnico e das formas de organização social, para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento, visto que o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais exigente e exige constante aperfeiçoamento. Devido a estas demandas, as políticas públicas, a partir da Lei 9394-96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que ofertam cursos profissionalizantes oportunizam aos jovens atualizações tecnológicas, buscando promover o desenvolvimento local e da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, lei que ampliou a oferta dos cursos técnicos profissionalizantes no Brasil pela expansão dos Institutos Federais.

Segundo Lombardi (1971, p. 75) “[...] na educação é necessário intervir não só diretamente como indiretamente através da realização de um ambiente apto”, e conforme as necessidades que exige o desenvolvimento dos jovens.

Conforme Manacorda (1991, p. 20), apesar de o capitalismo moderno, em certa medida, ter conseguido abolir a unilateralidade do trabalho humano no processo produtivo fabril, com a exigência do trabalhador polivalente, ele o faz de maneira que “[...] interessa



ao processo de acumulação capitalista, e não com a ideia de formação omnilateral, na qual o trabalhador tenha a possibilidade ou condição de buscar se desenvolver totalmente”. (MANACORDA, 1991, p. 20).

Neste aspecto, com relação às escolas do tipo profissional, Gramsci (1968, p. 136), lembra que “[...] graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, estão preocupadas em satisfazer interesses imediatos práticos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada.” Percebe-se que, não só são destinadas a perpetuar as diferenças sociais, como ainda tendem a cristalizá-las

E, neste sentido, o objetivo geral do referido artigo, visava investigar como vem ocorrendo à contribuição dos cursos técnicos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio Estadual São Mateus no período de 2004-2009 para o desenvolvimento local de São Mateus do Sul.

Por essas razões, o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), passou a implantar cursos técnicos profissionalizantes, desde 2004 nos colégios estaduais, para responder a estas demandas. Além disso, os cursos técnicos profissionalizantes oportunizam melhores condições de vida, conquista da cidadania e a busca da formação integral dos educandos.

Nesta situação, buscando direcionar o desenvolvimento local de São Mateus do Sul, foram implantados cursos técnicos profissionalizantes nos colégios estaduais, atrelados às Políticas de Educação do Paraná, visando preparar os jovens com conhecimentos técnicos e culturais para serem inseridos de forma competitiva no mercado de trabalho. Particularmente, foram implantados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná cursos técnicos profissionalizantes no Colégio Estadual São Mateus visando qualificar os educandos na medida em que esse município oferta um parque industrial, com características de incubadora de negócio, (PETROBRAS SIX) e empresas instaladas em seu entorno necessitando, portanto, de profissionais com conhecimentos para compreender o sistema produtivo em suas múltiplas formas e interfaces, capaz de entender e operar nesse sistema como sujeito emancipado. Nesta perspectiva, a estrutura curricular e as propostas pedagógicas dos referidos cursos valorizam as necessárias mediações para os alunos desenvolverem conhecimentos, habilidades cognitivas e comportamentais, permitindo trabalho intelectual, pensar criticamente, via método científico, organização coletiva, estabelecendo relações sociais de modo articulado para conseguir emprego, gerar renda, continuar sua formação, bem como resolver problemas de prática social e produtiva de comunidade.



Neste contexto, o Colégio Estadual São Mateus-Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, foi fundado em 1924 com o nome de Grupo Escolar de São Mateus e no início de 1945 foi inaugurado o prédio onde funciona o estabelecimento até hoje. Oferta os cursos de Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio, Técnico em Química Industrial - Modalidade Integrada e na modalidade Subsequente, Formação de Docentes na modalidade Integrada, Técnico em Segurança do Trabalho, (na modalidade PROEJA), Técnico em Meio Ambiente nas modalidades Integrada e Subsequente ao Ensino Médio e Profuncionário na modalidade Subsequente. Destaca-se ainda com Projetos: Língua Espanhola e Polonesa e Viva Escola, com a participação de toda a comunidade. Conta com 2020 alunos matriculados e 150 funcionários entre professores, professores pedagogos, coordenadores de curso e de estágio e agentes de apoio I e II. Preocupados com o futuro do município, estado e país, os docentes do Colégio primam no compromisso por uma educação pública de qualidade, tendo o aluno como prioridade educacional, pois se salienta de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual São Mateus, (2010), que a educação que a Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9394/96 propõe é:

[...] de conhecer, interpretar e agir sobre a realidade de forma crítica, produtiva e transformadora com auto-sustentabilidade, visto que deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social como preconiza em seu Artigo 1º § 2º.

Neste aspecto, o PPP do referido colégio apresenta-se em concordância com a LDB 9394/1996, pois objetiva a plena formação de seus alunos, sendo que os cursos ofertados são em regime integrados e seqüenciais. A duração gira em torno de 4 a 5 anos. Os referidos cursos técnicos profissionalizantes só puderam ser implantados nos colégios estaduais no Estado do Paraná, tendo como respaldo a orientação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho de Educação Básica (CEB), número 39/2004.

Mas, sob, a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores éticos e políticos e, conteúdos históricos e científicos, que caracterizam a práxis humana. Estes princípios norteiam o projeto político pedagógico, as grades curriculares e os planos docentes dos cursos técnicos profissionalizantes do citado Colégio.

Portanto, entendeu-se que formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutiva das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e



também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Com relação à infraestrutura, o referido Colégio, conta com 1 biblioteca com literatura contemporânea que dá suporte às pesquisas e leituras necessárias ao conhecimento nas áreas e disciplinas específicas e 3 laboratórios, sendo: 1 laboratório de Química e laboratórios de informática: 1 para o Profucionário (Proinfo) com 10 computadores ligados à rede e 1 para o Paraná Digital com 20 computadores também conectados na rede. Percebe-se, assim, a necessidade de ampliar e melhorar o acervo com relação à laboratórios e à biblioteca, visto que com mais recursos , novos cursos poderão ser consolidados como educação profissional.

Neste sentido, é essencial o desenvolvimento de política pública efetiva que, na medida das necessidades surgidas ao se implantar diferentes cursos técnicos profissionalizantes, se tenha como prioridade atualizar a infraestrutura correspondente às demandas específicas.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Geralmente, a palavra desenvolvimento remete ao paradigma do desenvolvimento econômico e produtivo de um país, o que nem sempre sinaliza que este crescimento também tenha se dado em níveis sociais, educacionais, culturais e humanos, isto é, que realmente tenha existido a melhoria da qualidade de vida da população, mesmo considerando-se que o desenvolvimento econômico é um tema complexo, no entanto, essencial para o crescimento de uma localidade, região ou nação.

A reflexão e planejamento compreendem atividades que se fundam no conhecimento histórico e nos anseios da sociedade, pois como menciona Oliveira (2002, p. 40), “[...] o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente humana e social”

Para tanto, o desenvolvimento local não é resultado de uma construção teórica ou acadêmica do conceito de desenvolvimento, mas sim uma necessidade real, garantida pela participação dos cidadãos na resolução dos problemas locais.

Nesta perspectiva, observou-se que o projeto político pedagógico dos referidos cursos, viabiliza as necessárias mediações para que os jovens desenvolvam conhecimentos, habilidades cognitivas e comportamentais, permitindo trabalhar intelectualmente e pensar criticamente, pela aplicação do método científico, organização



coletiva, de maneira a utilizar conhecimentos científicos, estabelecendo relações sociais de modo articulado para resolver problemas da prática social e produtiva da comunidade.

Nem sempre a educação teve os investimentos necessários e a devida atenção, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (2002. p. 238), “[...] A educação, historicamente, não fazia parte das discussões sobre desenvolvimento por possuir, aparentemente, uma influência indireta”.

Ao discutir a questão do desenvolvimento, Sen (2000, p. 17), lembra que:

[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam como os serviços de educação e saúde e os direitos civis, como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento deve visar melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e garantir a sua liberdade. No mesmo sentido, Franco (2000. p. 5), diz que o desenvolvimento “[...] deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)”. Então para que o desenvolvimento ocorra com êxito, necessita-se do crescimento das habilidades, conhecimentos e competências das populações, o que tem sido definido como “capital humano”. Quanto maior o capital humano melhor as condições de desenvolvimento.

Birkner (2006, p. 5) pondera, que apesar do empenho da sociedade, o “[...] desenvolvimento não resulta unicamente de iniciativas endógenas, locais, mas ressalta a necessidade do investimento público para estimular as potencialidades existentes” e colaborar também com o desenvolvimento econômico e social local.

Nesta perspectiva, entende-se, pois, que a educação profissional deve ser concebida como um processo que se dá pela articulação das experiências e conhecimentos que vão sendo construídos ao longo das relações sociais, culturais, políticas e produtivas, na perspectiva de qualificação profissional, formação integral e no contexto do desenvolvimento local.



E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Neste cenário, as políticas públicas têm interferência direta destas contradições, visto que o Estado também está sob o domínio e atuação de governos externos. Além da atuação dos governos nacionais, faz parte de um processo de governança mais amplo. Neste aspecto, além da economia, outras esferas sociais, entre elas a educação, subordinam-se aos critérios globais, porque para o neoliberalismo, a educação tem um papel estratégico e fundamental no desenvolvimento econômico, através da produção do "capital humano", necessários ao desenvolvimento neste recorte do capitalismo.

Recentemente, surgiram referências a "políticas de Estado" como políticas públicas ou governamentais. Estas apresentariam caráter estável e inflexível, obrigariam todos os governos de um Estado em particular a implementá-las, independentemente dos mandatos que os eleitores lhe confiassem, em diferentes momentos históricos. No entanto, a definição de política pública inclui ao mesmo tempo dois elementos chaves: ação e interação. Pode até ocorrer uma política sem uma intenção formalmente manifestada, mas, não haverá de forma alguma uma política positiva se não houver ações que materializem uma intenção ou propósito educacionalmente enunciado. Portanto, não pode ocorrer política pública sem ação. Então, uma política pública positiva é aquela que, de acordo com Heidemann e Salas (2009, p. 31) "[...] favorece a comunicação, o entendimento entre governo e cidadania e se coloca como base de referência."

A partir das recentes exigências da mundialização da economia e da configuração atual do Estado, a gestão educacional, principalmente no Brasil, passou a ser aplicada com o intuito de proporcionar um novo modelo de gestão, com características de qualidade é apresentado na Constituição Federal de 1988, que prevê mecanismos para tornar a educação um direito de todos. No art. 6º a Carta Magna "insere a educação como um dos direitos sociais" e no art. 205 "preconiza ser ela direito de todos". Este é o princípio de igualdade de todos perante a lei. Porém, na prática de sociedade, as diferenças de oportunidade são marcantes, pelas disparidades econômicas, pelos desníveis de acesso aos bens culturais e de informação e especialmente pelas possibilidades, ainda limitadas, e inserção do cidadão no mundo do trabalho. Ocorre que mesmo que o intuito da lei seja de promover a igualdade, percebe-se que o mecanismo da democracia ao não considerar as contradições e desigualdades sociais, acaba tratando igualmente os desiguais.

A organização das políticas públicas no Brasil historicamente se encontra atreladas ao reordenamento do Estado e sofrem a interferência das contradições do capitalismo, domínio e atuação de governos externos, além da atuação dos governos nacionais, pois



faz parte de um processo de governança mais amplo. E, estas posturas, repercutem também nas políticas sociais e educacionais, porque são decisivas para as mudanças impostas à nova estrutura do trabalho e às novas relações econômico-sociais. Para Boneti (2006, p. 74), políticas públicas também são entendidas como a:

[...] ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social dos rumos das ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e ou investimentos.

Neste caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta como um agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder.

Aponta Gentili (1996, p. 20), que “[...] a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado”, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. Ocorre então, que, a educação sempre esteve a serviço dos interesses das classes dominantes e do mercado e nesse sentido as camadas populares foram sempre desfavorecidas. Carecendo, portanto, de políticas públicas educacionais e profissionais, que deem respostas a essas situações sociais e, que se transformem, por conseguinte em políticas de Estado e, não apenas de governo, pois, então, seriam transitórias e não se efetivariam.

Portanto, as razões que culminaram com a implantação do ensino profissional em nível médio, na rede pública educacional têm relação com o movimento que ocorre nas relações entre o Estado, a sociedade civil e a iniciativa particular, isto é, entre a luta de classes, com as devidas mediações nas diversas escalas: global, nacional, regional e local.

A partir de Saviani (1999, p. 177), percebe-se que a história da educação brasileira, inclusive a educação profissional, foi marcada pela disputa entre dois projetos:

[...] o pragmático, que busca subordinar a educação aos interesses imediatos da realidade dada, e uma pedagogia da práxis, que se orienta para um tipo de formação que se compromete com a construção de um futuro e que busca um modelo de formação que favoreça os processos de qualificação dos trabalhadores.

Teoricamente o poder e o acesso ao conhecimento elaborado encontram-se direcionados às classes dominantes. No entanto, segundo Frigotto (1999, p. 14):



[...] a modernidade alterou o vínculo entre trabalho produtivo e educação com o advento do capitalismo, em que a produção se rende ao mercado, o qual assume para si a organização da produção e suas relações de capital e trabalho.

Para este autor, o capitalismo determina as regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e instituições, entre as quais se destaca a escola como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção. Diante disto, o ensino profissional no Brasil vem se desenhando a partir da contradição entre formar as pessoas segundo os interesses imediatos do capital, por conseguinte da classe dominante ou construir um ideal de educação humana a qual busque formação omnilateral, em que o ser humano se liberte das amarras da formação unilateral que o atual processo produtivo lhe proporciona.

E, neste sentido, destaca-se como expressão do discurso oficial sobre a educação profissional, o Decreto Federal nº 5.154/04 que tornou a educação profissional uma modalidade de ensino e de acordo com a LDB, propôs a integração de educação profissional. Conforme a LDB nº 9394/1996 "[...] as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva." (BRASIL, 1996).

Cunha (2000b, p. 256), com outro foco de análise, aponta que, pela LDB 9394/1996, o ensino profissional e o ensino médio tanto podem se articular por meio de projetos curriculares e *lôcus* de formação distintos, como também compreender duas dimensões de um mesmo currículo, num sistema não necessariamente segmentado. Ele afirma que o MEC, nesse período, optou pela primeira interpretação para propor a normatização do ensino profissional.

A argumentação de Cunha (2000b, p. 256) é reforçada pela análise de Kuenzer (2000, p. 29) a qual diz que "[...] as finalidades do ensino médio, no artigo 35 da LDB/1996, implicam na articulação entre ensino médio e educação profissional".

Estas finalidades explicitam claramente a intenção do legislador, segundo Kuenzer (2000, p.39), para "[...] superar a dualidade socialmente definida, entre educação em geral e educação especificamente dirigida para a formação profissional, que passa a ser tratada como excepcionalidade a exigir cursos mais longos".

No texto da lei, conforme Kuenzer (2000, p. 48) há uma intenção de superar a dicotomia existente, historicamente, entre educação geral e específica, muito embora seja verificada "[...] a impossibilidade de se dirimir a desigualdade da educação por determinações legais, dentro do modo de produção vigente". A finalidade de preparação básica para o trabalho e cidadania do educando está claramente explícita, mas, se compararmos com o texto do 1º artigo da Lei 5692/1971, esta finalidade também estava



clara, e não ocorreu. Além disso, o trecho “[...] de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” merece destaque, pois ocorre que “flexibilidade” para Harvey (2004, p. 140), traz uma negatividade característica do atual processo de acumulação do capital, que gradativamente vem se definindo, no qual:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmo uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. (HARVEY, 2004, p. 140).

Ainda Harvey (2004, p. 144), usa o termo “acumulação flexível” denotando a maneira como se reestruturou o modo de se acumular capital, visto que o capitalismo é regido por uma lei fundamental de acumulação.

Neste sentido, este novo discurso legal sobre “flexibilidade” advém das novas necessidades do processo produtivo, que agora é flexível, e, como o texto da lei diz, deve-se estar preparado para adaptação às novas condições de ocupação, que pode se constituir como uma vantagem, mas não traz reais benefícios para a classe trabalhadora, apenas propõe uma adaptação do trabalhador à reestruturação econômica mais geral. De acordo com Kuenzer (2000, p. 57), para este reestruturado modo de produção é necessário um “[...] novo tipo de trabalhador, mais flexível, com capacidade para adaptar-se a ele, como: capacidade de comunicar-se adequadamente; autonomia intelectual; autonomia moral; capacidade de comprometer-se com o trabalho”.

Oportunizar um modelo de educação, baseado nestas capacidades deveria estar na pauta das prioridades do poder público, mas somente se fosse efetivamente para todas as pessoas, entretanto segundo a autora, pesquisas têm mostrado cada vez menos trabalhadores incluídos formalmente.

Segundo Lima Filho (2003a, p. 100), “[...] o Decreto nº 2208/1997 foi o principal instrumento jurídico que normatizou a reforma”, estabelecendo objetivos, níveis e modalidades da educação profissional. O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), entre 1997 a 2003, foi o principal instrumento de implantação, contando com recursos do MEC, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), este o principal financiador da reforma.

Desta forma, ampliando os objetivos da educação profissional, abrem-se novos espaços para democratizar as oportunidades de qualificação para os alunos, atende as urgentes demandas do setor produtivo, bem como à enorme diversidade de níveis



educacionais da população e oportuniza o desenvolvimento local em função da melhoria na qualificação profissional e das oportunidades de parcerias com as empresas instaladas na região.

Enfatiza-se que as políticas públicas paranaenses, especialmente a educação profissional, por meio de cursos técnicos profissionalizantes, ofertados pelo Colégio Estadual São Mateus, afetam a realidade escolar e a sociedade, principalmente as relações entre educação e trabalho, a partir da concepção de que as transformações nas políticas educacionais interferem na formação dos alunos e os elementos socioeconômicos, culturais e tecnológicos contribuem diretamente na elaboração dos currículos desenvolvidos os quais devem vincular-se à realidade e ao desenvolvimento da região. Neste sentido, Ciavatta (2007, p. 19), aponta que:

[...] a sociedade brasileira tem uma dívida com a população relegada a não receber conhecimentos além daqueles necessários à sua produtividade. Também identifica como prioridade a discussão da implementação e efetivação com qualidade de formação profissional em termos de educação politécnica ou formação integrada. [...] Destaca ainda o desejo de que a educação geral no ensino médio se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho.

Embora as mudanças ocorridas no mundo do trabalho exijam uma educação básica com qualidade e formação profissional de natureza tecnológica, com domínio intelectual da técnica – formação politécnica omnilateral –, o que se tem oferecido às classes menos favorecidas economicamente, conforme Kuenzer (2006, p. 55), dá conta da:

[...] reprodução de conhecimento tácito, conhecimento que ocorre na ação, assim, busca-se desenvolver competências entendidas como capacidades de realizar tarefas práticas, sem vinculação com conhecimento científico – formação unilateral para a polivalência.

Conforme estabelecem as políticas públicas para a educação profissional, o nível técnico tem a finalidade de proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio. Nesta perspectiva, o desafio da educação profissional se insere, portanto, na contradição para vencer o imobilismo político, pois para Machado (1989, p. 127):

[...] através dela é possível denunciar os freios ao desenvolvimento histórico, como o processo de trabalho capitalista e as correspondentes condições dos trabalhadores e apontar as perspectivas futuras recomposição do trabalho intelectual, de unificação entre intelectualidade e produtividade, de desaparecimento da oposição entre educação básica e educação profissional e de unificação da ciência.

Assim, cabe à educação, particularmente à educação profissional, não apenas transmitir conhecimentos, competências técnicas e habilidades, mas deve ser também seu objetivo, preocupar-se com a formação integral, omnilateral dos educandos, a partir do paradigma onde o conhecimento e o intervir no real se encontrem.

METODOLOGIA

Metodologicamente constituiu-se em uma pesquisa qualitativa com ênfase na análise bibliográfica e documental. Para coleta de dados foram utilizados 2 instrumentos: questionários e entrevistas; os dados processados através do método de Análise de Conteúdo, Bardin in Triviños (1987), o qual permitiu explicar a importância dos cursos técnicos profissionalizantes para o desenvolvimento local. A amostra contemplou 51 pesquisados, sendo responsável pelo NRE, direção, coordenação, professores, pais e egressos dos cursos técnicos profissionalizantes, 4 empresários vinculados à Petrobras.

ANÁLISE DOS DADOS

Entre os resultados obtidos na análise e interpretação dos dados, destaca-se o gráfico abaixo:

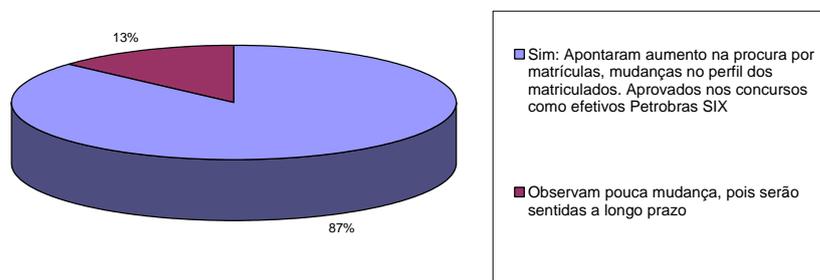


Gráfico 1 – Benefícios para o desenvolvimento local.
Fonte: (PORTES, 2011)



Quanto aos benefícios para o desenvolvimento local, a resposta obtida nos questionários deu conta que 87% perceberam mudanças no perfil de matriculados após a implantação dos cursos técnicos profissionalizantes, uma vez que, foi imensa a procura por matrícula por parte de alunos egressos do ensino médio para os cursos técnicos profissionalizantes na modalidade subsequente, pois a qualificação contínua passou a ser exigência das empresas nas quais trabalham. Também concorreu para esse aumento, a oportunidade de aprovação nos concursos ofertados para a inserção no quadro de efetivos da Petrobras Six. Entretanto 13% observaram pouca ou nenhuma mudança evidente, justificando que estas serão sentidas à longo prazo, visto que são percebidas historicamente ao longo do processo de organização socioeconômica local.

Os resultados de como a execução dos cursos técnicos profissionalizantes ofertados pelo Colégio Estadual São Mateus, em São Mateus do Sul interferem na empregabilidade e renda de seus egressos, demonstrou nesta percepção que os egressos se tornaram profissionais competentes aplicando conhecimentos, competências e habilidades com criatividade na solução de questões pertinentes às transformações ocorridas no mundo do trabalho, sendo inseridos no quadro efetivo das empresas locais, particularmente na Petrobras-Six e na Incepa, garantindo assim emprego, gerando renda, aplicando conhecimentos e saberes que contribuem para o desenvolvimento do município enquanto sujeitos históricos e autônomos que se preocupam com a qualidade de vida da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a partir de uma análise dialética, constatou-se que no decorrer da década de 90 houve avanços significativos na área educativa, a partir do projeto da nova LDB, aprovado em 1996. Apesar do discurso oficial de ter a “Educação como prioridade”, frequentemente os recursos financeiros para o orçamento do setor ficaram presos na burocracia. Os sucessivos ministros balizaram-se mais por critérios de lealdade política do que por competência.

Transcorridos mais de dez anos do século XXI, percebeu-se que ainda permanece o desafio da democratização, permanência na escola e da qualidade do ensino para superar a desigualdade social.

No transcorrer desse período, escolas de ensino médio do Paraná, particularmente o Colégio Estadual São Mateus, vem desenvolvendo experimentos e inovações



educacionais que se constituem num dos indicadores básicos da melhoria da qualidade de ensino.

Nesta situação, no Estado do Paraná, a escola, sempre foi um espaço reservado à educação das crianças e dos jovens. A eles sempre se assegurou a possibilidade de desenvolvimento global da personalidade que se evidencia nos aspectos do conhecimento, habilidades, valores e atitudes. Importante é a formação do cidadão e sua ação de transformação da sociedade no sentido de contribuir com o desenvolvimento local onde os sujeitos se inserem.

Assim, entendeu-se que, para que a escola, principalmente no caso do Colégio Estadual São Mateus, tenha um significado e possibilite que os alunos reconheçam nela os saberes, seus conteúdos, deverão estar presentes nas práticas pedagógicas, pois vai além de um local de produção e espaço do convívio social aonde acontecem reuniões, festas, atividades comunitárias, pois é na escola que os conhecimentos acumulados historicamente devem ser priorizados.

No município de São Mateus do Sul, em consonância com o Estado, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, médio, profissional e normal), tem tido como função social formar o cidadão, apropriar-se de conhecimentos, atitudes e valores que tornem o aluno crítico, solidário, ético, participativo e transformador de sua realidade e promotor de desenvolvimento econômico e social.

Para isso, reconheceu-se indispensável socializar o saber sistemático, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos alunos e usado para transformação da sociedade e aplicado no desenvolvimento local.

Por conta disso, o Colégio Estadual São Mateus Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, enquanto instituição escolar organizou-se tendo o aluno como personagem central em torno de quem se desenvolvem as ações administrativas, pedagógicas e de relações com a comunidade e com o mundo do trabalho, isto é com as aspirações e exigências do mercado de trabalho. Essas ações garantem a função da escola, onde o aluno é o ator principal e, se constrói pela soma dos papéis desempenhados.

Portanto ao se aplicar o instrumento da coleta de dados, os respondentes consideraram favorável a contribuição dos cursos técnicos profissionalizantes para o desenvolvimento local de São Mateus do Sul.



No conjunto dos dados coletados, a partir dos questionários aplicados ao segmento público, nos quais se incluía representante do Núcleo Regional da Educação (NRE), direção, coordenadores e professores de cursos técnicos do referido Colégio, alunos egressos e pais e do segmento privado, empresários vinculados às empresas ligadas à Petrobras-Six e a Incepa, concluiu-se que os cursos técnicos profissionalizantes ofertados neste estabelecimento de ensino contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do município, pois o *feed back* dos egressos bem como dos pais, foi comprovado no resultado dos dados, visto que todos os alunos egressos que responderam as questões propostas, afirmaram que estão inseridos no mercado de trabalho dessas empresas.

Aponta-se ainda que, os resultados da presente pesquisa podem fornecer subsídios para intervenção na realidade local, bem como disseminador de desenvolvimento local, oportunizando o conhecimento das condições do funcionamento dos cursos técnicos profissionalizantes, permitindo pelos resultados e análise da resposta às demandas da região e às expectativas dos alunos, considerando que nas últimas décadas tem havido mudanças de paradigma no contexto econômico e das políticas públicas, isto porque elas estão sujeitas às transformações ocorridas no interior do processo produtivo e as políticas públicas de trabalho, emprego e renda devem estar articuladas com estas mudanças, mesmo nas contradições geradas pelo capital.

REFERÊNCIAS

BIRKNER, W. M. K. (2006) **Capital Social em Santa Catarina: O Caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Furb.

BONETI, L. W. (2006) **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí.

BRASIL. (1996) **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Ensino Médio**: lei 3 n.9394/96. Diário Oficial da União. Brasília – DF.

CIAVATTA, M. (2007) **Formação Integrada: Entre a cultura da Escola e a Cultura do Trabalho**. Rio de Janeiro: Lamparina.

CUNHA, L. A. (2000) **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. São Paulo: UNESP.

FRANCO, A. de. (2000) **Porque Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Instituto de Política Millennium.

FRIGOTTO, G. (1996) **Modelos ou Modos de Produção e Educação: Dos Conflitos às Soluções**. **Tecnologia educacional**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 147, p. 7-14, out./dez. 1999.



GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

GRAMSCI, A. (1995) **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HARVEY, D. (2004) **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

HEIDMAN, F. G; SALAS, J. F. (2009) **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. Brasília: UNB.

IPEA. (2000) **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentados no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0857.pdf . Acesso em fevereiro de 2011.

KUENZER, A. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez.

_____. (2006) **A Educação Profissional nos anos 2000: a Dimensão das Políticas de Inclusão**. In: Educação & Sociedade, Campinas. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 8 de junho, de 2012.

LOMBARDI, F. (1972) **Las ideas pedagógicas de Gramsci**. Barcelona: Redendo.

LIMA F, D. L. A. (1989) **Desafios para a educação técnica e tecnológica no contexto atual**. Texto para discussão no Encontro de Equipes dos Núcleos Regionais da Educação, promovido pela Secretaria do Estado do Paraná. Curitiba, 08 de maio de 2003.

MACHADO, L. R. Souza de. **Politécnica, Escola Unitária e Trabalho**. São Paulo: Cortez.

MANACORDA, M. A. (1991) **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

OLIVEIRA, G. B. (2002) **Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento**. Curitiba: FAE.

RAMOS, M. N. (2008) **Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. In: **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Concepções e Construções a partir da Implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba, SEED/PR.

SAVIANI, D. (1999) **Filosofia da Educação: Crise da Modernidade e o Futuro da Filosofia da Práxis**. In: FREITAS, M. C de (org.). **A Reinvenção do Futuro: Trabalho, Educação, Política na Globalização do Capitalismo**. São Paulo, Cortez.

SEED/DEP (2006) **Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional**. Curitiba.

SEM, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.